

**17. Alteração ao Regulamento dos Fundos de Maneio.**

Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal de acordo com o artigo 33º, nº1, alínea k) da Lei n 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração do Regulamento dos Fundos de Maneio, conforme documento constante do processo.

**Assunto: Proposta de alteração do Regulamento dos Fundos de Maneio dos Serviços**

Ex.mo Sr. Presidente,

O ponto “2.3.4 — Execução orçamental” do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), prevê que em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada a constituição de fundos de maneio, correspondendo a cada um uma dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis. De igual modo, e para cumprimento do disposto no ponto 2.9.10.1.11 do diploma anterior, a Câmara Municipal de Braga aprovou, na sua reunião de 16 de junho de 2005, o Regulamento dos Fundos de Maneio, o qual estabelece os princípios gerais de **constituição**, reconstituição e reposição dos Fundos de Maneio.

No âmbito da descentralização de competências em matéria de ação social, o Município de Braga, passou, a partir de 3 de abril de 2023, a exercer competências transferidas para os órgãos municipais no domínio da ação social.

O Chefe da Divisão de Coesão Social e Solidariedade, Dr. António Direito, manifestou, através da informação constante no registo n.º 29710, de 11/04/2023, a necessidade de constituição de fundo de maneio para fazer face a situações de emergência que implicam respostas urgentes e inadiáveis a conceder a pessoas e/ou famílias na área da ação social.

Para o efeito, propôs a atribuição de fundo de maneio a dois técnicos da Divisão, Coordenadores dos Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, para a execução das atribuições no domínio da Ação Social, nos seguintes termos:

- Dr. Paulo André Vieira Ferreirinha Antunes

Aquisição de bens – 1.000 € mensais;

Aquisição serviços – 1.000 € mensais.

- Dr.ª Sandra Cristina Marques Silva

Aquisição de bens – 1.000 € mensais;

Aquisição serviços – 1.000 € mensais.

Para o efeito, propõe-se, a alteração ao Regulamento dos Fundos de Maneio, designadamente, dos seus artigos 2º e 3º, por forma a incorporar os novos fundos de maneio, passando a dispor da seguinte redação:

Artigo 2º

(Espécies de fundos de maneio)

São constituídos fundos de maneio, com os seguintes limites e afetos às rubricas orçamentais abaixo indicadas:

- a) Atividades culturais – 2 500,00€ mensais – 05/020225
- b) Encargos com aquisição de serviços no âmbito da Divisão de Património – 30 000,00€ anuais – 02/020225

- c) Portagens – 250,00€ mensais – 07/020210
- d) Aquisição de combustíveis – 200,00€ mensais – 07/020102
- e) Pequenas despesas inerentes à proteção civil municipal – 10 000,00€ anuais – 08/020225
- f) Pequenas despesas com a aquisição de bens do Gabinete de Apoio à Presidência e dos Serviços Administrativos – 300,00€ mensais – 0102/020121
- g) Despesas com a aquisição de serviços do Gabinete de Apoio à Presidência – 3 000,00€ mensais – 0102/020225
- h) Despesas com a aquisição de bens para a realização de atividades e eventos desportivos – 1 000,00€ mensais – 04/020121
- i) Despesas com a aquisição de serviços para a realização de atividades e eventos desportivos – 1 500,00€ mensais – 04/020225
- j) Despesas relacionadas com a consulta de processos na Conservatória – 50,00€ mensais – 02/020225
- k) Despesas com a aquisição de bens relacionadas com o funcionamento da Direção – 250,00€ mensais – 06/020121
- l) Despesas relacionadas com pedidos de aumento de potência e vistorias das instalações, estudo de projeto para novas baixadas de energia para obras ou equipamentos, entre outras despesas correntes associadas às instalações elétricas – 1 000,00€ mensais – 07/020225
- m) Despesas relacionadas com a aquisição de bens no pelouro ambiente – 250€ mensais – 12/020121
- n) Despesas relacionadas com a aquisição de serviços no pelouro ambiente – 250€ mensais – 12/020225
- o) Despesas relacionadas com a aquisição de bens para a execução das atribuições da CPCJ - 100 € mensais – 11/020121
- p) Despesas relacionadas com a aquisição de serviços para a execução das atribuições da CPCJ – 100 € mensais – 11/020225
- q) Despesas com a aquisição de bens para execução das atribuições da Ação Social – 1 000 € mensais – 11/020121
- r) Despesas com a aquisição de serviços para execução das atribuições da Ação Social – 1 000 € mensais – 11/020225
- s) Despesas com a aquisição de bens para execução das atribuições da Ação Social – 1 000 € mensais - 11/020121
- t) Despesas com a aquisição de serviços para execução das atribuições da Ação Social – 1 000 € mensais - 11/020225

### Artigo 3º

#### (Titularidade)

1. A titularidade dos fundos de maneo fica a cargo dos seguintes funcionários, aos quais compete o controlo da sua constituição e regularização:
  - a) Dr.ª Sílvia Eliana Faria
  - b) D. Graça Ferreira de Carvalho
  - c) Eng. Quirino José Almagro Simões
  - d) Eng. Quirino José Almagro Simões
  - e) Arq.to Vitor Manuel da Silva Azevedo
  - f) Dra. Ana Paula da Cunha Ferreira Portela
  - g) Dra. Ana Paula da Cunha Ferreira Portela
  - h) Dra. Rosa Maria Silva Dias Canário
  - i) Dra. Rosa Maria Silva Dias Canário
  - j) D. Graça Ferreira de Carvalho
  - k) Dr. António José Zamith Soares Rosas
  - l) Eng. Mónica Cláudia Pereira Leite

- m) Vereador Dr. Altino Bernardo Lemos Bessa
- n) Vereador Dr. Altino Bernardo Lemos Bessa
- o) Dr.ª Joana Daniela Soares Araújo
- p) Dr.ª Joana Daniela Soares Araújo
- q) Dr. Paulo André Vieira Ferreirinha Antunes
- r) Dr. Paulo André Vieira Ferreirinha Antunes
- s) Dr.ª Sandra Cristina Marques Silva
- t) Dr.ª Sandra Cristina Marques Silva

Em face do exposto, e de acordo com o artigo 33º, nº1, alínea k) da Lei n 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se que a presente informação seja remetida à consideração do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal a fim de proferir decisão no sentido de remeter à apreciação do Órgão Executivo a aprovação da proposta de alteração do Regulamento dos Fundos de Maneio.**

À Consideração Superior,

**A Chefe de Divisão de Contabilidade**

---

**Anexos:**

1. **Proposta para constituição de fundo de maneio para a Divisão de Coesão Social e Solidariedade – registo n.º 29710**
2. **Regulamento dos Fundos de Maneio dos Serviços completo com as atualizações da Proposta**

**Informação:** 29710 de 11/04/2023

**Assunto:** Proposta para constituição de fundo de maneo gerido pela Divisão de Coesão Social e Solidariedade no âmbito da transferência de competências para o Município de Braga em matéria de Ação Social.

**Informação:**

No âmbito da descentralização de competências em matéria de Ação Social, o Município de Braga, passou, a partir de 03 de Abril de 2023, a exercer as competências transferidas para os órgãos municipais com base no plasmado no artigo 12.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto, Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizadas através do Decreto -Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, e demais portarias publicadas em Março de 2021.

Importa, por isso, garantir que os munícipes em situação de maior vulnerabilidade social, ou de carência pontual, tenham acesso a um sistema de apoio célere e eficaz, com medidas de emergência que permitam evitar a rutura social dos cidadãos e das suas famílias, mobilizando, para o efeito, recursos e sinergias locais, com vista a que se constitua como um instrumento fundamental no quadro do combate à pobreza e a todas as formas de exclusão.

As situações de grande debilidade económica e social podem afetar, não só os cidadãos e as famílias que se encontravam já em situação de vulnerabilidade social, mas também aqueles que enfrentam alterações dramáticas na sua vida, provocadas pelo drama do desemprego, problemas de saúde ou outras situações de que resultem reduções salariais com elevada perda de rendimentos.

Estas circunstâncias conduzem, frequentemente, a situações de incumprimento dos compromissos familiares e põem em risco a satisfação de direitos básicos e vitais para a dignidade humana, como a alimentação, a saúde, a educação e a habitação, entre outros, pelo que se impõe a necessidade de criar um modelo que permita apoiar os Cidadãos e/ou as Famílias.

Considerando que o Município de Braga enfrenta um enorme desafio de encontrar respostas e recursos adequados e eficazes para fazer face a estas situações de verdadeira Emergência Social, atuando, em conjunto com 9 entidades parceiras, na primeira linha no apoio a todos quantos possam estar em risco de pobreza ou exclusão social e conforme decorre da legislação vigente, foi iniciado um procedimento regulamentar, com vista à aprovação de um Regulamento Municipal para a Atribuição de Apoios Sociais de carácter eventual a pessoas ou agregados a familiares em situação de vulnerabilidade, no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado de Braga.

Torna-se, contudo, necessário, não obstante vir a ser aprovado o citado Regulamento, possuir agilidade e celeridade para atuar em situações de emergência que implicam respostas urgentes e inadiáveis a conceder a Pessoas e/ou Famílias, preferencialmente, no próprio dia em que são relatadas pelos Técnicos que atuam na primeira linha e cujos prazos têm de ser absolutamente diminutos, já que respeitarão a encargos relacionados com aquisição de bens e/ou serviços de primeira necessidade referentes às questões supramencionadas (*nas áreas da saúde, educação, habitação, alimentação e/ou transportes*).

A gestão de apoios no contexto da utilização do Fundo de Maneio da Divisão de Coesão Social e Solidariedade (DCSS), se aprovada a sua constituição, será realizada mediante validação de um diagnóstico específico para cada caso, que implicará estreita articulação dos 2 Técnicos da DCSS, Coordenadores dos SAAS Braga (*Dr. Paulo André Vieira Ferreirinha Antunes e Dra. Sandra Cristina Marques Silva*), com as Equipas Técnicas das 9 entidades com as quais o Município de Braga protocolou o funcionamento dos Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga.

Pelo exposto e porque o Município de Braga receberá do Governo, um valor anual de, pelo menos, € 90.021,77, conforme documento anexo, que permitirá a gestão e aplicação do que venha a ser preconizado no Regulamento Municipal para a Atribuição de Apoios Sociais de carácter eventual a aprovar e implementar, para os 3.874 processos familiares constituídos (*em 2021*), propõe-se a criação de um Fundo de Maneio, com o montante mensal de € 4.000 (*Aquisição de Bens € 2.000 e Aquisição de Serviços € 2.000, divididos à razão de 50% sob responsabilidade de cada um dos Técnicos supramencionados, para a execução das atribuições no domínio da Ação Social*), a ser gerido pela Divisão de Coesão Social e Solidariedade.

À consideração superior.

Anexo: Regulamento dos Fundos de Maneio dos Serviços completo com as atualizações da proposta.

## **REGULAMENTO DOS FUNDOS DE MANEIO DOS SERVIÇOS**

De acordo com o que se estabelece no n.º 2.3.4.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, poderá, em caso de reconhecida necessidade, ser autorizada a constituição de fundos de maneio visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.

Face ao disposto no n.º 2.9.10.1.11 do citado diploma, e tendo em vista o adequado controlo desses fundos, deverá ser aprovado regulamento pelo Executivo Municipal em sede do qual deverá ser estabelecida a sua constituição e regularização, devendo ainda definir a natureza da despesa a pagar, bem como, designadamente, o seu limite máximo.

Assim, no desenvolvimento da referida norma do n.º 2.9.10.1.11, a Câmara Municipal de Braga aprova o seguinte Regulamento no qual são definidas as condições de atribuição e utilização dos fundos de maneio.

### **Artigo 1º**

#### **(Objeto)**

O presente Regulamento visa a constituição de fundos de maneio destinados ao pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis bem como o estabelecimento das regras quanto ao seu controlo.

### **Artigo 2º**

#### **(Espécies de fundos de maneio)**

São constituídos fundos de maneio, com os seguintes limites e afetos às rubricas orçamentais abaixo indicadas:

- a) Atividades culturais – 2 500,00€ mensais – 05/020225
- b) Encargos com aquisição de serviços no âmbito da Divisão de Património – 30 000,00€ anuais – 02/020225
- c) Portagens – 250,00€ mensais – 07/020210
- d) Aquisição de combustíveis – 200,00€ mensais – 07/020102
- e) Pequenas despesas inerentes à proteção civil municipal – 10 000,00€ anuais – 08/020225
- f) Pequenas despesas com a aquisição de bens do Gabinete de Apoio à Presidência e dos Serviços Administrativos – 300,00€ mensais – 0102/020121
- g) Despesas com a aquisição de serviços do Gabinete de Apoio à Presidência – 3 000,00€ mensais – 0102/020225
- h) Despesas com a aquisição de bens para a realização de atividades e eventos desportivos – 1 000,00€ mensais – 04/020121
- i) Despesas com a aquisição de serviços para a realização de atividades e eventos desportivos – 1 500,00€ mensais – 04/020225
- j) Despesas relacionadas com a consulta de processos na Conservatória – 50,00€ mensais – 02/020225
- k) Despesas com a aquisição de bens relacionadas com o funcionamento da Direção – 250,00€ mensais – 06/020121

- l) Despesas relacionadas com pedidos de aumento de potência e vistorias das instalações, estudo de projeto para novas baixadas de energia para obras ou equipamentos, entre outras despesas correntes associadas às instalações elétricas – 1 000,00€ mensais – 07/020225
- m) Despesas relacionadas com a aquisição de bens no pelouro ambiente – 250€ mensais – 12/020121
- n) Despesas relacionadas com a aquisição de serviços no pelouro ambiente – 250€ mensais – 12/020225
- o) Despesas relacionadas com a aquisição de bens para a execução das atribuições da CPCJ - 100 € mensais – 11/020121
- p) Despesas relacionadas com a aquisição de serviços para a execução das atribuições da CPCJ – 100 € mensais – 11/020225
- q) Despesas com a aquisição de bens para execução das atribuições da Ação Social – 1 000 € mensais – 11/020121
- r) Despesas com a aquisição de serviços para execução das atribuições da Ação Social – 1 000 € mensais – 11/020225
- s) Despesas com a aquisição de bens para execução das atribuições da Ação Social – 1 000 € mensais - 11/020121
- t) Despesas com a aquisição de serviços para execução das atribuições da Ação Social – 1 000 € mensais - 11/020225

**Artigo 3º**  
**(Titularidade)**

1. A titularidade dos fundos de maneo fica a cargo dos seguintes funcionários, aos quais compete o controlo da sua constituição e regularização:
  - a) Dr.ª Sílvia Eliana Faria
  - b) D. Graça Ferreira de Carvalho
  - c) Eng. Quirino José Almagro Simões
  - d) Eng. Quirino José Almagro Simões
  - e) Arq.to Vitor Manuel da Silva Azevedo
  - f) Dra. Ana Paula da Cunha Ferreira Portela
  - g) Dra. Ana Paula da Cunha Ferreira Portela
  - h) Dra. Rosa Maria Silva Dias Canário
  - i) Dra. Rosa Maria Silva Dias Canário
  - j) D. Graça Ferreira de Carvalho
  - k) Dr. António José Zamith Soares Rosas
  - l) Eng. Mónica Cláudia Pereira Leite
  - m) Vereador Dr. Altino Bernardo Lemos Bessa
  - n) Vereador Dr. Altino Bernardo Lemos Bessa
  - o) Dr.ª Joana Daniela Soares Araújo
  - p) Dr.ª Joana Daniela Soares Araújo
  - q) Dr. Paulo André Vieira Ferreirinha Antunes
  - r) Dr. Paulo André Vieira Ferreirinha Antunes



s) Dr.ª Sandra Cristina Marques Silva

t) Dr.ª Sandra Cristina Marques Silva

2. São delegados poderes no Sr. Presidente da Câmara para proceder à alteração de qualquer dos nomes indicados, sempre que entenda necessário.

#### **Artigo 4º**

##### **(Procedimentos contabilísticos)**

A contabilização dos fundos de maneo obedece aos procedimentos de constituição, reconstituição e reposição nos termos referidos nas normas seguintes.

dos

#### **Artigo 5º**

##### **(Constituição)**

Compete à Divisão de Contabilidade e Orçamento proceder à cabimentação inicial dos fundos de maneo correspondentes às respetivas classificações económicas, tendo em atenção o seu valor, atualizável anualmente por decisão do Presidente da Câmara, observando-se as seguintes regras:

- a) O momento da constituição é materializado mediante a transferência de fundos através da Tesouraria para os respetivos titulares.
- b) Cabe à Tesouraria efetuar a nota de lançamento aquando da entrega dos fundos, debitando a conta 11.8 x pelo valor mensal da constituição e a conta 11.1. creditada pelo mesmo valor, momento este em que se deve proceder ao preenchimento e assinatura da folha “Entrega de Fundos de Maneo” (ver Anexo 1).

#### **Artigo 6º**

##### **(Reconstituição)**

A reconstituição corresponde ao movimento mensal de reposição em cada fundo do montante despendido no mês anterior, com a exceção do fundo referido na alínea f), do artº 2º, obedecendo às seguintes regras:

- a) O movimento mensal efetiva-se mediante a apresentação obrigatória dos documentos justificativos da despesa devidamente registados em documento próprio.
- b) Apresentados os documentos comprovativos das despesas efetuadas, a Divisão de Contabilidade e Orçamento procede ao registo das faturas, tendo em conta o cabimento efetuado no início do ano, e emite a ordem de pagamento das faturas que devem ser pagas através da conta 11.8 x.
- c) A reconstituição do fundo é feita através da nota de lançamento respetiva (11.8 x a débito e 11.1 a crédito), com o valor das despesas apresentadas.
- d) No momento da reconstituição é preenchida novamente e assinada a folha de “Entrega dos fundos de maneo”.

- e) No caso de os pagamentos mensais serem de valor inferior aos valores cabimentados para o respetivo ano, proceder-se-á à correção do cabimento inicial através de estorno, sendo que as despesas mensais a efetuar pelo fundo de maneo não poderão ser superiores aos limites fixados.

#### **Artigo 7º**

##### **(Reposição)**

A reposição é efetuada no final do ano de forma a que os respetivos fundos de maneo fiquem saldados, observando-se o seguinte:

- a) Os procedimentos são idênticos aos da reconstituição, com exceção do lançamento da reconstituição, pelo que se efetua o registo das faturas e é emitida a ordem de pagamento correspondente às faturas, não havendo lugar à reconstituição.
- b) Se, após os pagamentos realizados existir ainda verba no correspondente fundo de maneo, o titular deste procederá à entrega da mesma na Tesouraria de modo a que esta possa emitir a nota de lançamento de reposição de cada fundo (11.1 a débito e 11.8 x a crédito).

#### **Artigo 8º**

##### **(Contagem periódica)**

Os fundos de maneo constituídos podem ser objeto de contagem periódica por funcionários designados pelo Presidente da Câmara.

#### **Artigo 9º**

##### **(Entrada em vigor)**

O presente Regulamento entra em vigor no primeiro dia útil do mês seguinte ao da sua aprovação.